Entre a indeterminação e a determinação, o discursivo na materialidade lingüística

Gesualda dos Santos Rasia (UNIJUÍ)[1]

Colocando a discussão

Na esteira de correntes teóricas que se inscrevem na chamada "virada lingüística", a Análise do Discurso da Escola Francesa (AD) tem contribuído significativamente para se pensar questões ligadas à linguagem e à interpretação, a partir de uma mudança de paradigma, a qual não privilegia o sistêmico em si, mas a língua afetada pela exterioridade. No entremeio dessa relação estão os discursos, objeto de análise da AD, materializados em textos, nos quais os enunciados funcionam como possibilidade de acesso à língua na dimensão da historicidade.

As estruturas lingüísticas funcionam, desse modo, como lugar de incidência, materializações do discursivo. É por elas que se chega aos processos discursivos. Nessa perspectiva, a língua é concebida como não autônoma, e disso a impossibilidade de tratar da estrutura pela estrutura. Em que pese a contribuição, no campo dos estudos da linguagem, de teorias que consideram elementos implicados na produção linguageira, conforme já referido, nas escolas é ainda bastante marcado o trabalho com língua portuguesa limitado à estrutura da língua e às classificações morfológicas e sintáticas. Mantém-se ainda arraigada nas práticas docentes a concepção de que saber língua equivale a conhecer sua estrutura. Diante disso, o que se propõe, neste estudo, é uma abordagem que considera o modo como os discursos são produzidos e o estatuto que o lingüístico estabelece na relação com o discursivo. Para tanto, considera-se, como matéria de análise, enunciados que circularam na mídia jornalística impressa sobre o referendo que votou o porte e utilização de armas no Brasil, em 2005, e nesses enunciados privilegia-se a questão da determinação como modo de acesso aos discursos ali implicados.

Sobre o aporte teórico

[1] Estudo realizado no âmbito do Projeto de pesquisa intitulado "A abordagem gramatical: do sistêmico ao discursivo", com tempo do Fundo Institucional de pesquisa da UNIJUÍ, no ano de 2007.

A AD, cuja fundação reporta à década de 60, tem se colocado, desde lá, como disciplina de interpretação, porque se situa, conforme Orlandi (1996, p. 25), em um lugar de "entremeio, fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva". Historicamente as gramáticas têm expurgado esse exterior na descrição/normatização que propõem com relação à língua, deixando de considerar seu funcionamento, inscrito na ordem do social e do histórico.

Conforme já afirmado, o objeto de análise de uma abordagem dessa ordem não é a língua em si, mas a língua como realização material de discursos. E o **discurso** é o que se inscreve no espaço situado entre a língua – que emerge do social - e a fala, de caráter individual. O discurso é o próprio lugar social, e a linguagem passa, então, a ser entendida como processo de instituição dos sentidos. Orlandi (1983) destaca que "a análise de discurso não é um nível diferente de análise, se considerarmos níveis como o fonético, o sintático e o semântico. É, antes, um ponto de vista diferente" (op.cit., p.158). Esse pressuposto constitui uma chave para a compreensão do que significa o trabalho com língua na AD, ela não deixa de ser matéria de trabalho, mas não é a única e nem o limite, porque é abordada a partir de suas determinações sócio-históricas, ou seja, a partir dos modos como determinações de sentido manifestam-se *nela* e *por ela*.

Cabe explicitar o que se entende por **determinação** no campo teórico da AD, para o que é pertinente a explicitação de Orlandi (1996, p.20): Dado que "a linguagem é um sistema de relações de sentidos no qual, a princípio, todos os sentidos são possíveis, ao mesmo tempo em que a materialidade impede que o sentido seja qualquer um," delineia-se um embate constante entre o fechamento do sentido e sua abertura, num movimento que vai da determinação à indeterminação. Vale sublinhar que tal movimento é contínuo, ora tentando segurar uma determinada interpretação em uma rede de filiações, ora convivendo com sua tentativa de escape. E, o mais importante, é que esse movimento é tecido na própria materialidade lingüística, deixando nela rastros que possibilitam ao analista refazer os processos discursivos, formulando alianças e embates.

Por essa razão, para a AD a língua nunca pode ser concebida como transparente, e os **sentidos**, em decorrência, não estão postos aprioristicamente, pois são historicamente constituídos, e por isso *efeitos de*. Paralela e imbricada a essa concepção está a de **sujeito**, que, junto com a língua, constitui-se através dos sentidos pelos quais ele é tomado. No entanto, cabe frisar, porque os sentidos não estão postos de antemão, são as condições

históricas que os tornam possíveis, não a partir de um determinismo fechado, mas na perspectiva da determinação derivada dos diferentes modos como os sujeitos se relacionam com as **condições de produção** dos fatos de língua.

Considerar tais condições diz respeito à exterioridade que faz com que um discurso seja o que é: tecido histórico-social que o constitui (MALDIDIER, 2003, p. 23) e, em decorrência disso, o fato de que a língua significa a partir de condições reais de uso, diversas a cada época e também em uma mesma época. Desse modo, a noção de **historicidade**, basilar na abordagem discursiva, dá conta de fatos que reclamam sentidos, conforme Henry (1994), citado por Orlandi (1996). A autora segue explicitando que "quando afirmamos que há uma determinação histórica dos sentidos, não estamos pensando a história como evolução e cronologia: o que interessa não são as datas, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam" (p.33). Pode-se afirmar, a partir dessa postulação, que a história (cronológica) é significada pelos discursos, podendo um mesmo fato ser objeto de diferentes construções. E nisso encontra-se a historicidade: no confronto que sujeitos e sentidos tecem no interior de uma determinada Formação Discursiva (FD)[2], a partir das diferentes posições em que se inscrevem e também no embate entre diferentes FDs. Em razão disso não só os sentidos transmutam, mas também as formas que os derivam.

A noção de discurso remete a considerar uma distinção fundamental no campo dos estudos da linguagem, a de que a língua pressupõe dois níveis: o da ***ordem*** e o da ***organização*** (ORLANDI, 1996, p. 45)[3]. À organização da língua, posta sob o fundamento da regra e da exceção, a AD contrapõe a possibilidade de uma abordagem a partir da ordem da língua, o que implica "a necessidade de se considerar que a língua significa porque a história nela intervém, e por isso o sentido é uma relação determinada do sujeito com a história" (op.cit., p.46).

A materialidade específica do discurso se dá no contato do histórico com o lingüístico, conforme palavras de Pêcheux (1997). Ou, ainda, no entrecruzamento da ordem com a

---

[2] A noção de FD é tributária de Foucault [1969], assim formulada: "No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos (FOUCAULT, 2000, p.43).

[3] A distinção que Orlandi (1996) faz entre a ordem e a organização da língua reporta ao fato de que enquanto a última diz respeito a uma abordagem idealista da linguagem, centrada sobre sua forma material, a primeira dá conta dos modos como a língua funciona, atravessada pela historicidade que a faz significar.

organização da língua. É nesse espaço que se situam os pontos de deriva do que seria o concebido como regularizável ou classificável. Nesse momento pode-se visualizar, via aplicação do dispositivo de análise, o que Pêcheux (op.cit) designou de não-A, no caso proposto para estudo, as estruturas que resistem às tentativas de regramento e regularização, quando olhadas na perspectiva da mobilização dos sentidos.

Os sentidos constituem-se não no âmbito do regramento, mas precisamente nos lugares que nele produzem o escape, porque ali está, muitas vezes, o ponto de encontro com o *interdiscurso*. Esse é o lugar onde se constituem saberes, inicialmente explicitado por Michel Pêcheux (1969) como "já dito", "já ouvido", saberes esses que retornam, na perspectiva da repetibilidade ou da ressignificação. É no interior das Formações Discursivas (FDs) que esses enunciados revestem-se de sentidos, porque aí "articulam ao mesmo tempo o efeito de anterioridade ou de distância e o efeito de identificação ou de reconhecimento", conforme explicitação de Maldidier (2003, p.48). A materialidade que possibilita isso de modo particularmente interessante, além dos artigos, são as construções relativas, dado que por elas é tecido o ponto de encontro entre passado e presente, entre presente e vir-a-ser.

> O interdiscurso, enquanto lugar de constituição do preconstruído, fornece os objetos onde se ancora a enunciação de uma seqüência discursiva, ao mesmo tempo em que ele atravessa e conecta entre si esses objetos; o interdiscurso funciona, assim, como um discurso transverso, a partir do qual se realiza a articulação pela qual o sujeito enunciador dá coerência "ao fio de seu discurso": o intradiscurso aparece nessa seqüência como um efeito do interdiscurso sobre si próprio (COURTINE, 1981 a, p.36).

Os enunciados, ao fazerem remissão a um recorte específico da realidade, demarcado na formulação por uma construção determinativa, do tipo "aquele que", por exemplo, convocam saberes filiados a discursos específicos, operando aí a "separação, distância ou discrepância da frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase" (PÊCHEUX, 1988, p.99).

Proceder à de-sintagmatização, ao percurso que vai dos enunciados às discursividades que os instituíram consiste em gesto de apreensão que, conforme explicitação de Orlandi (2006), consiste no próprio processo discursivo, ou seja, no acesso ao funcionamento discursivo dos enunciados.

A noção de processo discursivo tem a ver, essencialmente, com a ligação entre a prática política e o discurso. Henry (1969, p.25) sublinha que "Pêcheux recusa completamente a concepção de linguagem que a reduz a um instrumento de comunicação (...)". Henry explicita como Pêcheux entende esse tipo de concepção: "um modo de mascarar a ligação das ciências humanas e sociais com a prática política (...)" e, daí, "a necessidade de se compreender "como os agentes sociais deste sistema reconhecem eles próprios seu lugar sem terem recebido formalmente uma ordem ou mesmo sem 'saber' que têm um lugar definido no sistema de produção" (op.cit., p.26)

Processo discursivo tem a ver, então, com a reconstituição desse apagamento/mascaramento e com o papel que a linguagem desempenha nesse redesenho. No entanto, é preciso lembrar o que Pêcheux (1969, p.78) sublinhou:

> Os *fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento*, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este *funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual deste termo* e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e dos objetos de discurso, mecanismo que chamamos de "condições de produção do discurso".

Ao postular o enunciado como sendo da ordem do discurso, já na AAD 69 Pêcheux equaciona a problemática da abordagem dos fatos de língua pela perspectiva estruturalista. Dizer que o enunciado é da ordem do discurso implica considerar suas condições de produção, a historicidade que o constitui, as posições ocupadas pelos sujeitos que constroem objetos de discurso, entre outros aspectos.

No texto de 75, Pêcheux e Fuchs esclarecem que os processos discursivos estão na fonte da produção dos efeitos de sentido (por isso), a língua constitui *o lugar material* em que se realizam estes efeitos de sentido (p.172). A língua entendida como materialidade do discurso é o meio que confere corporeidade às ideologias, sendo esse, em essência, o processo discursivo.

Aprofundando a questão da determinação

A questão da determinação tem como um dos berços de debate a Grécia antiga, nos diálogos de Platão no Crátilo, com a discussão em torno da relação ser/essência. Lá essa

relação é condensada no próprio ato de designação, considerado o nome o próprio ser, imbricando-se, nesse contexto, acidente/substância. Essa é uma das concepções de sentido vigentes à época clássica, a qual vem a sofrer um deslocamento significativo por ocasião do advento do racionalismo, quando se passou a postular que os acidentes podem ser subtraídos a um ser sem necessariamente atingir sua existência. A natureza da determinação era, então, o fato de a propriedade de um atributo referir-se a um ser em condições específicas, e não universais.

É com a Filosofia do século XVIII que se deslocam os conceitos do racionalismo clássico, com a discussão do estatuto das verdades contingentes. Gottlob Frege (1848-1925), matemático e filósofo alemão, confrontado com a ambigüidade da linguagem e a inadequação dos sistemas lógicos disponíveis, persegue a busca de uma "conceitografia destinada a remediar as imperfeições da linguagem natural", no dizer de Henry (1992). É a partir dessa busca que a perspectiva racionalista se expande, abrindo-se aí uma janela para a não-dicotomização dos conceitos de contingência e necessariedade.

Henry (1969) questiona-se sobre o estatuto do sentido em Frege que, não sendo subjetivo, porque não confere com a representação, de ordem individual, também não é objetivo, porque não fundado sobre a singularidade empírica do objeto. A constatação de Paul Henry é que se institui, no seio dessa dicotomia, um meio-termo entre o coletivo e a estabilidade, não se tratando nem da realidade em si, nem tampouco de pura convenção.

Pêcheux sublinha que Frege opera, em princípio, uma distinção entre objeto e pensamento, sendo o objeto tudo aquilo que se opõe a função e, portanto, configurando-se como um lugar saturado; já o pensamento relaciona-se ao conceito, e por isso mesmo, é um lugar vazio, pleno de expansão. Isso permite-nos chegar à leitura de que a designação realiza-se via predicação, ou, na terminologia de Pêcheux (1988, p. 106), que "o pensamento se apodera do objeto".

Pêcheux (op.cit., p.108) destaca a importância disso para a compreensão do funcionamento da determinação nos textos científicos e de lei, os primeiros por postularem as definições, universalmente fechadas, e os segundos por permitirem "uma relação de simulação constitutiva entre os operadores jurídicos e os mecanismos da dedução conceptual, especialmente entre a sanção jurídica e a conseqüência lógica".

O espaço da determinação reporta, em síntese, à dialogia particular/universal, o que remete a um lugar de análise que considera os fatos de língua para além de uma aparente

dicotomia. A desestabilização dessa suposta evidência resulta no fato de que o sentido assume proporção infinitesimal, e por isso mesmo inacessível ao homem, não sendo possível fechá-lo na redoma da objetividade; ao contrário, é pela instauração dos fatos contingentes que se constituem os sentidos, pluralizado o termo porque concebido no âmbito da multiplicidade. Falar em multiplicidade reporta a falar em *posições de sujeito*, desde que estamos inseridos no escopo teórico da AD.

É nessa ótica que passam a nos interessar os fatos de língua, porque

> Os fenômenos lingüísticos e os lugares de questões filosóficas pertencem à região de articulação da Lingüística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos, que, por sua vez, é parte das ciências das formações sociais (...) a língua se apresenta, assim, como base comum dos processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que os processos ideológicos simulam os processos científicos (PÊCHEUX, 1988, p. 91).

Assim, neste estudo propomos uma investigação sobre como os fenômenos da língua, neste caso, a determinação, colocam-se como efeito de sistematização. Privilegiamos, para tanto, o espaço dos artigos definidos e indefinidos e também de orações relativas como materialidade de análise da determinação discursiva, sobre o que passamos a tratar a partir de agora.

O suporte de discursos: a mídia jornalística impressa

Sabemos, a partir do aporte teórico da AD, que os textos comportam a materialidade dos discursos, nos enunciados que os constituem, podendo circular, em um mesmo texto, mais de uma formação discursiva, embora haja um espaço de dominância para uma determinada FD. É no confronto entre diferentes FDs e entre diferentes posições de sujeito de uma FD que se constitui o dizer dessa materialidade que não se esgota no ponto final e nem começa no título que lhe cabe. Como bem postulou Orlandi (1999), é nas margens que o texto constitui-se, no modo como ele “organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo. É dessa natureza sua unidade: lingüístico-histórica” (p.69):

> Quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto, mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade. O que chamamos

> historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele), mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa e efeito (ORLANDI, 1999, p.68).

É a trama de sentidos que nos interessa, tecida com os fios da materialidade lingüística em sua relação com o discursivo. Esse movimento só se torna possível a partir de um gesto de análise, que toma como ponto de partida uma enunciação x. As enunciações que tomamos como *corpus* de análise, aqui, fragmentos de discursos, circularam em colunas assinadas do Jornal Zero Hora, de Porto Alegre, RS, no contexto do debate em torno do referendo que votou o porte e a utilização de armas no Brasil em 2005.

O jornal impresso funciona a partir das condições de produção própria dos gêneros textuais dos quais ele é portador. A noção de gênero textual, tributária de Mikhail Bakhtin, embora formalizado na obra *Estética da Criação Verbal* (2000 [1952-3]) já está esboçada, segundo Brait (2003, p.24), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929), na postulação dos "temas que povoam as comunidades humanas e como esses temas aparecem a partir de determinadas formas de composição e de determinados estilos". Pondo em diálogo os postulados de Bakhtin e os de Pêcheux, a autora defende que na remissão que Bakhtin faz à enunciação como um produto da interação social, na perspectiva de "'um contexto mais amplo', já acena com a participação do interdiscurso, ou seja, da história e da memória, nem sempre explícitas na situação, mas sem dúvida participantes ativas da produção de sentidos" (op.cit., p.25).

A idéia de responsividade do enunciado, em sua relação com os que lhe antecederam e os que poderão lhe suceder – a futuridade, pode ser lida em Pêcheux como interdiscursividade, com a diferença de que esta última noção implica, para além da apropriação do dizer, a identificação com uma posição no interior de uma FD, a qual, além de acionar domínios de memória, regula a possibilidade, impossibilidade, conveniência ou inconveniência do dizer. E essas implicações desenham os jogos de força que subjazem aos dizeres, formulados, não raro, sob o pano de fundo do embate, da arena, utilizando-nos, neste estudo, de designação bakhtiniana.

Sabemos, a partir de Pêcheux (1975), que essas posições, assim descritas, deslocam o foco do sujeito empírico e por essa razão, embora estejamos tratando, neste estudo, de colunas assinadas, não interessam os sujeitos jurídicos que as assinam, mas as vozes por eles representadas (se partirmos de Bakhtin), ou, a partir do lugar teórico que nos filiamos, a AD,

as posições em que eles se inscrevem no interior de uma determinada FD e a relação desta com outras FDs que lhe são convergentes ou antagônicas. No caso deste estudo, nos deteremos nas relações internas a uma mesma FD.

Partindo para a materialidade de análise – os enunciados

Os enunciados são tratados na AD como seqüências discursivas, ou sds, entendidas, a partir de Courtine (1981a, p.25 a), *como seqüências orais e escritas*, mas *com uma dimensão superior à da frase*, acrescentando que *a natureza e a forma dos materiais recolhidos são variáveis*, definindo ainda a noção de seqüência discursiva como *fluida*. A segmentação de uma seqüência discursiva, escolhida para um *corpus*, varia dependendo do analista.

As Sds são aqui tomadas a partir do diálogo que tramam entre si no espaço da interdiscursividade. Para fins de análise, estão reunidas em blocos que reportam aos modos de relação entre a materialidade lingüística e a histórica. Os dois primeiros blocos constituem-se de Sds extraídas do texto *Uma arma*, de Luiz Antonio de Assis Brasil, e o bloco III, do texto *O veneno da vida real*, de Paulo Santana.

Bloco I – Entre a indeterminação e a determinação, a discursividade

Sd1 - De uma arma pode-se esperar apenas morte, destruição, pânico e terror.
Sd2 – Uma arma remete-nos à brutalidade dos séculos em que habitávamos grotas.
Sd3 – Uma arma é a bestialidade em forma metálica e reluzente.
Sd4 – Uma arma é uma máscara trágica de todos nós.
Sd5 - Uma arma é a falência da civilização que levamos milênios para construir.
((Luis Antônio de Assis Brasil, *Jornal Zero Hora*, POA, 25/09/05).

As Sds de 1 a 5 constroem a discursivização a partir da designação *arma*, em todos os casos indeterminada, pela anteposição do artigo indefinido. A tradição gramatical, considerada, neste caso, a partir de Rocha Lima (2000, p.92-3), cuja gramática é de base racionalista, assim postula a respeito do artigo:

> Há dois tipos de artigo: *Definido* (o, os, a, as) e *Indefinido* (um, uns, uma, umas).
> O primeiro se junta ao substantivo para indicar que se trata de um ser claramente determinado entre outros da mesma espécie – que o ouvinte ou o leitor já sabem quem é, pelas circunstâncias que cercam a enunciação da frase:
> O governador foi muito aplaudido durante a convenção.

> O segundo se emprega para mencionar um ser qualquer entre outros da mesma espécie – que não individualizo, nem o ouvinte ou o leitor sabem precisar quem seja:
> Um governador foi muito aplaudido durante a convenção.

Em que pese a proposição da indeterminação como não individualização e de não conhecimento, tanto de parte do leitor quanto do ouvinte, pode-se pensar de modo diferenciado a respeito das relações implicadas no sintagma **uma arma**, desde que considerado o processo discursivo que o institui.

As Sds 3, 4 e 5 são gramaticalmente construídas a partir da estrutura canônica da predicação. No espaço da expansão produz-se o ponto de encontro da indeterminação com a determinação. As expansões **bestialidade em forma metálica e reluzente/ uma máscara trágica de todos nós/ a falência da civilização que levamos milênios para construir** reportam a saberes de uma determinada posição-sujeito a respeito dos indivíduos que portam e usam armas. Posição que não só condena o porte e uso, como também remete à condição humana na perspectiva de sua desumanização/desconstituição.

Esses saberes ressoam nas outras estruturas gramaticais, aí produzindo efeito de paráfrase, na medida em que na Sd 2, por exemplo, a expansão **remete-nos à brutalidade dos séculos em que habitávamos grotas** também se insere na leitura da condição humana na perspectiva da negatividade, quase do animalesco.

Com relação à Sd1, pode-se dizer que, ao abrir o texto, ao mesmo tempo em que materializa o efeito de início, ela institui sua condição de existência: o fato de que um texto, enquanto materialidade discursiva, constitui-se *em* e *a partir de* suas margens. Só é possível enunciar desse modo, logo de início, porque há uma anterioridade que instituiu lugares para se falar sobre a questão das armas. O diálogo de vozes, proposto por Bakhtin, está mais que presente no texto em análise, olhadas essas vozes, aqui, como posições-sujeito que articulam a tomada de saberes e os linearizam, na perspectiva de uma forte divergência que nos apresenta, inclusive, dificuldades para afirmar que são posições-sujeito de uma mesma FD. Fazemos isso porque, metodologicamente, configuramos o discurso jornalístico como se constituindo no interior de uma FD, ainda que fortemente heterogênea.

Desse modo, enunciar que **de uma arma pode-se esperar apenas morte (**...) implica considerar enunciados produzidos a partir do embate direto com outra posição-sujeito, cujas enunciações fundamentam positivamente o uso de armas. A possibilidade de linearização dos argumentos-outros, como pré-construídos, encontra-se materializada no advérbio **apenas**, da

Sd1, do Bloco I, o qual institui um domínio de exclusões: de uma arma não se pode esperar outra coisa que não seja *morte, destruição, pânico e terror.*

Bloco II - as expansões determinativas e o recorte da realidade

Sd1- Quem leva uma arma, seja quem for, está pronto a ferir e a matar.
Sd2 – Quem leva uma arma envergonha-se de olhar para uma criança.
Sd3 – Quem leva uma arma descrê que o ser humano posa ser integrado à vida útil e proveitosa.
Sd4 – Quem leva uma arma não dorme à noite, compartilhando com os grilos e os cães vadios suas noites assombradas.
Sd5 – Quem leva uma arma, seja quem for, vive em estado de triste e perene desventura.
Sd6- Quem tem uma arma só alimenta o seu lado sombrio.
(Luis Antônio de Assis Brasil, *Jornal Zero Hora*, POA, 25/09/05).

O pronome **quem**, considerado relativo, enquadra-se na seguinte definição de Rocha Lima:

> Os pronomes relativos são palavras que reproduzem, numa oração, o sentido de um termo ou da totalidade de uma oração anterior.
>
> Eles não têm significação própria; em cada caso representam o seu antecedente. (ROCHA LIMA, 2000, p.116).

Num cotejo com a Gramática Histórica de Said Ali (1964), percebe-se que este autor também situa os relativos na perspectiva do uso anafórico. No entanto, diferentemente de Rocha Lima, propõe que no caso dos relativos indefinidos, sem antecedente, utilizados em expressões do tipo “quem porfia mata a caça”, “quem espera sempre alcança” (op.cit. p. 109), sejam consideradas questões ligadas à significação. Said Ali argumenta que, por aí sugerirem “a noção de ‘homem (ou mulher) que’, ‘alguém que’, sentimo-nos propensos a ladear a questão lingüística, analisando não já o pronome tal qual em tais frases se apresenta, mas sim o seu equivalente semântico” (op.cit. p.110).

Porém, ressalta o autor, é esse um método condenável, posto não poder ser aplicado a expressões do tipo “não faças mal a quem quer que te ofenda”. Ora, o exemplo dado pelo autor serve, ao contrário do seu propósito, para afirmar aquilo mesmo que ele nega. O ladear a questão lingüística, significa ir muito além do equivalente semântico, porque, diante de tal

enunciado, é possível buscar-se não a identificação do “semelhante que por ventura nos tenha ofendido”, mas a colocação do próprio enunciado numa ordem que é da memória, e não da língua, ordem essa que recupera os ditos desse tipo, estereótipos cristalizados via cultura e que regulam a ordem da moralidade.

Também destaca Said Ali que, na perspectiva histórico-comparativa, esse tipo de pronome origina-se do interrogativo *quem* nas orações indiretas e do indefinido *quem*, distinguindo-se as seguintes situações: “O relativo indefinido gera orações de caráter substantivo; o relativo propriamente dito (com antecedente) dá origem a orações de caráter adjetivo. Comparemos quem trabalha (o trabalhador) e o general que venceu (o general vitorioso)” (SAID ALI, 1964, p 110).

A Gramática Histórica coloca que as orações do primeiro tipo “constituem um todo”, e ressalta ainda que “se forem precedidas de preposição dependente de verbo ou nome de outra oração, esta partícula regerá não a palavra *quem* sujeito, mas a frase toda como se fosse um substantivo” (op.cit., p. 110). Observe-se o exemplo dado por Said Ali, do português arcaico:

> O sprito deu a / quem lh’o tinha dado (Camões, Lus. 3, 28) – Por via irá direita / quem do opportuno tempo se aproveita (ib. 1, 76) – Não sabem nesta pressa / quem lhe valha (ib. 2, 25) – tem cuidado de / quem sem ti não pode ser guardado (ib. 2, 31) – Por ter sujeito o coração a / quem soube vencel-a (ib. 3, 127) – Sabe também dar com clemência a / quem para perdel-a não faz erro (ib. 3, 128) (SAID ALI, 1964, p. 110).

As construções com o relativo *quem*, por constituírem o “todo significativo”, independem da remissão interna ao discurso, sua ancoragem fica posta na ordem das coisas, tanto é que Said Ali chega a prever a possibilidade de “a frase toda funcionar como um substantivo pela anteposição da preposição dependente de verbo ou nome de outra oração” (op.cit., p. 110).

Essa discussão remete à intervenção da exterioridade na ordem da língua, elemento esse tratado com bastante relevância pela Gramática Histórica, dadas suas características já anteriormente expostas. Para o referido autor o pronome demonstrativo anafórico evoluiu para a condição de relativo, daí nascendo a subordinada relativa, o que é decorrência, segundo ele, de uma evolução da própria linguagem, a qual, primitivamente, tinha feição paratática, com as proposições colocadas umas após as outras, todas principais; as subordinadas completando e determinando o sentido das outras. Com o advento das conjunções, segundo ele, foi possível que se estabelecessem variedades de parataxe.

No caso dos enunciados jornalísticos aqui elencados, o relativo *quem* é uma recorrência que reporta a um domínio parafrástico, nos termos pecheutianos, ou seja, a um repetível que recorta um mesmo domínio de saber, não apenas pela repetição da estrutura gramatical, mas principalmente porque a referida estrutura tece a representação do sujeito usuário de armas a partir de um universo de exclusões e de negatividades. As Sds de 1 a 6 constroem-se pela indeterminação gramatical articulada pelo pronome *quem*, o qual não goza de antecedente lingüístico do qual estaria simplesmente a fazer retomada. No entanto, é nesse espaço de indeterminação que se torna possível a costura com o interdiscurso, o lugar onde o enunciador do texto I "recolhe"saberes que externam a visão de mundo de uma determinada posição acerca de quem usa armas. A recorrência do segmento *seja quem for*, nas Sd 1 e 5, sedimenta essa posição, abortando a possibilidade de um sentido outro, isto é, da leitura da possibilidade do uso de armas que não com intenção negativa e como atitude condenável. Do mesmo modo, na Sd6, o advérbio *só* também opera esse gesto de exclusão. No campo das predicações, as expansões que se fazem do pronome *quem* situam o sujeito usuário de armas em um espectro de negatividades, desenhadas por relações de causa e efeito: o sujeito usa armas porque "está pronto a ferir e a matar", "porque descrê no ser humano"; e, como conseqüência, colhe a impossibilidade de olhar uma criança, colhe também a insônia e a desventura. O "alimentar o seu lado sombrio" pode ser entendido, nessa perspectiva, como o ponto de encontro entre causa e efeito, o que situa esse sujeito como produto de suas ações.

O texto II, "O veneno da vida real", comporta a inscrição de uma posição-sujeito diversa àquela do texto I em relação ao porte e uso de armas. No entanto, chama a atenção o modo como se constrói essa relação de diversidade, de divergência, confronto, ela se dá justamente no confronto entre as duas posições, a favorável e a contrária, na heterogeneidade dos enunciados que as discursivizam.

Para explicitarmos como se dá esse processo, importa reportar à noção de forma-sujeito, ou sujeito histórico da FD, a qual nos diz sobre uma abstração histórica e não individual, e que reporta a um constructo teórico que regula os saberes das diferentes posições-sujeito, as quais nela convivem e com ela se relacionam de modo desigual. Vale dizer que é a forma-sujeito que produz o aparente efeito de homogeneidade da FD, porque seus saberes linearizam-se, via enunciados, na perspectiva da dominância, a partir dos gestos de análise que dão forma à FD.

A seguir, o Bloco III, com alguns enunciados do texto II que ilustram a constituição das relações de divergencia no interior de uma mesma FD.

Bloco III – o espaço da divergência de saberes

Sd1) Entrei num táxi anteontem e o taxista me lançou um patético apelo: "Faça alguma coisa, seu Sant'Ana, ***querem desarmar o povo****". "Calma, meu amigo", respondi, "****o povo vai ficar desarmado****, mas* ***todas as pessoas que inspiraram, estão executando e fiscalizarão o estatuto do desarmamento*** *reservaram para si inteligentemente o direito de andarem armadas. Elas serão* ***o bastante*** *para proteger o povo dos assaltantes e dos bandidos".*

Sd2) Meu querido taxista, desligue-se desta vida real, vá aprender com os intelectuais, com os pensadores e com os escritores que arma só produz morte, que não existe arma ***que não seja assassina.***

Sd3) As mortes podem continuar ou até aumentar por facadas, pauladas, pedradas, asfixia, envenenamento, mas por armas de fogo nunca mais haverá mortes. A não ser ***as provocadas pelos bandidos contra os cidadãos desarmados, que aumentarão****.*

(Paulo Santana, 28/09/2005 – *Jornal Zero* Hora, Poa, RS).

O enunciador do texto II filia-se a uma posição-sujeito favorável ao porte e uso de armas, e o faz pela trama de vozes trazidas para o interior de sua enunciação, vozes essas que, representando diferentes posições de sujeito, tecem relações de aliança, divergência e de refutação. Uma das vozes é a representada pelo taxista, a qual reporta a um corpo social preocupado com a possibilidade de não se poder mais utilizar armas, justificadas, nesse caso, pela necessidade de defesa. No segmento enunciado por essa voz – "querem desarmar o povo", da Sd1, ganha visibilidade, pela indeterminação do sujeito, a posição daqueles que são favoráveis ao desarmamento, em confronto ao segmento **povo.**

No interior da mesma Sd, a 1, o sujeito enunciador que articula a trama de vozes ratifica essa oposição: de um lado, o povo, e, de outro, as pessoas responsáveis pelo estatuto, as quais, destaca ele, vão poder usar armas. E acrescenta, ironicamente, que elas poderão proteger o povo, dado que serão **o bastante.** Essa última adjetivação reporta à sempre insuficiência de efetivo na segurança pública, e disso decorrente a constituição da ironia.

O efeito de ironia é levado a termo na Sd3, onde a expansão do sintagma **mortes** recorta, na perspectiva da exclusão, o sentido de que quem será alvo das armas serão **os cidadãos desarmados**. O diálogo de vozes institui a divergência entre as posições-sujeito em

cena, na medida em que a voz representada nas Sds do texto I reporta à morte como conseqüência líquida e certa decorrente do uso de armas, de modo amplo, tragédia humana, enfim. Os enunciados do texto II não negam que um arma mata – posto aí o postulado pecheutiano de que as palavras usadas podem ser as mesmas – admitem, sim, mas ao mesmo tempo, segmentam, no universo da tragédia, quem mata e quem morre, ou seja, bandidos e vítimas, a partir de sua interpretação. Estão a dizer, portanto, que uma arma produz morte, mas não o dizem do mesmo lugar que o sujeito enunciador do texto I, e nem com o mesmo sentido.

Algumas Considerações Finais

A leitura de materialidades discursivas presentes nos recortes feitos nos textos levantados para análise apontou para os modos como diferentes posições de sujeito entram em divergência acerca de um mesmo tema, e, valendo-nos aqui, dos termos de Pêcheux, utilizando-se, muitas vezes, das mesmas palavras. Essas posições, representadas por vozes, que são de caráter social, reproduzem-se como efeito de unidade discursiva do lugar de onde falam, quando, bem o sabemos, esses lugares configuram-se a partir da fragmentação. O texto jornalístico, suporte das discursivizações aqui trazidas, ele próprio comporta a diferença entre as enunciações de jornalistas. Veja-se, por exemplo, no confronto de enunciações tecidas no interior de cada texto e na relação de um com o(s) outro(s): a crítica que o enunciador do texto I faz à posição representada por "intelectuais, pensadores, escritores e **até jornalistas**", sendo ele mesmo um jornalista. O advérbio até institui um efeito de ironia, ao pressupor que no conjunto dos jornalistas não seria o esperado haver posições contrárias ao uso de armas. Quer dizer, no interior desse corpo social, há diferenças de posições, inevitavelmente, a unicidade não passa de um efeito de evidência que mascara os modos divergentes de relacionamento com a forma-sujeito em que se inscrevem os saberes sobre a questão posta em pauta.

Por inscreverem-se sob o signo da divergência os discursos materializados nos jornais delineiam domínios de exclusões. O primeiro, reportando a conseqüências maléficas que uma arma pode produzir; o segundo, questionando a validade dos argumentos apresentados por essa primeira posição, a partir da premissa de que os sujeitos que a representam não teriam vivência suficiente com a realidade violenta das cidades para poderem julgar essa questão.

Essa trama de sentidos é tecida a partir da materialidade lingüística. O confronto de posições, as relações de confronto e de exclusões ora mostradas constituem-se a partir de

estruturas determinativas, no campo do artigo, das relativas e da adjetivação, conforme mostrado. A percepção desse processo e sua organização metodológica só é possível porque a língua é tomada a partir de sua condição de existência: o fato de que ela se constitui a partir de uma historicidade que lhe é própria, e só assim produz sentidos, por sujeitos que, saliente-se, também não são isentos da historicidade que os constituem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Uma arma*. **Zero Hora**, 25 de setembro de 2005.

BARONAS, Roberto (org). **Análise do discurso**: as materialidades do sentido. São Carlos: Clara Luz, 2003.

BRAIT, Beth. O discurso sob o olhar de Bakhtin. In: GREGOLIN, Maria do Rosario e COURTINE, Jean Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques em analyse du discours; à propôs du discours communiste adressè aux chrétiens**. Langages**, (62): 9-127, Paris, juin 1981a.

COURTINE, Jean-Jacques e MARANDIN. Quel objet pour l'analyse du discours? In: **Matérialités discursives**. Colloque des 24, 25 e 26 avril, 1980. Nanterre: Presses Universitaires de Lille, 1981b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 [1969].

HENRY, Paul. Os Fundamentos Teóricos da "Análise Automática do Discurso" de M. Pêcheux (1969). In: GADET & HAK (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de M. Pêcheux. Campinas : Unicamp, 1990.

ORLANDI, Eni. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni e LAGAZZI- RODRIGUES, Suzy (org) **Discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. Análise de discurso. princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas, SP : Pontes, 1997.

_____. Análise automática do discurso. (AAD-69). GADET, F. & Hak, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso :** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP : Unicamp, 1990 (a).

PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. (1975). In: GADET & HAK (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel.. **Semântica e discurso**: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

_____. A Linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso. São Paulo, Brasiliense, 1983.

PÊCHEUX, Michel. Remontémonos de Foucault a Spinoza. _____. **El discurso político.** Uiversidad Nacional Autónoma de México: Editorial Nueva Imagen, 1980.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa.** Rio de Janeiro : José Olympio, 2000.

SAID ALI, Manuel. **Gramática histórica da língua portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos, 1964 [1921].

SANTANA, Paulo. *O veneno da vida real*. **Zero Hora**, Porto Alegre, 28 de setembro de 2005.

ANEXOS

Uma arma

Luiz Antonio Assis Brasil
Escritor e professor da PUCRS

De uma arma pode-se esperar apenas morte, destruição, pânico e terror. Uma arma remete-nos à brutalidade dos séculos em que habitávamos as grotas. Uma arma é a bestialidade em forma metálica e reluzente. Uma arma ensina os jovens a não acreditar na força do bem, da persuasão e do exemplo. Uma arma é a máscara trágica de todos nós. Uma arma é a falência da civilização que levamos milênios para construir.

Uma arma não é garantia de segurança: quantos milhares já morreram com suas armas na mão? Uma arma não significa nem força, nem ousadia, nem tenacidade, nem retidão, nem honradez, nem heroísmo. Uma arma não conduz a nada, nem constrói nada, nem nos assegura um lugar entre os incólumes.

Quem leva uma arma, seja quem for, está pronto a ferir e a matar. Quem leva uma arma envergonha-se de olhar para uma criança. Quem leva uma arma descrê que o ser humano possa ser integrado à vida útil e proveitosa. Quem leva uma arma não dorme à noite, compartindo com os grilos e os cães vadios suas noites assombradas. Quem leva uma arma, seja quem for, vive em estado de triste e perene desventura.

Nada justifica uma arma, nem o temor, nem o ódio, nem a vingança, nem a inveja, nem nossa pretensa paz. Nada justifica uma arma, nem nossas paixões contrariadas, nem o mordaz que nos olha com desdém e rancor. Nada justifica uma arma, nem o pranto derramado sobre nossos mais queridos seres, nem o roubo de uma carteira; aliás, o que é uma carteira perante a Eternidade que nos espera logo ali?

O pior é quando o Estado desiste de si mesmo e dá armas a seus cidadãos, corrompendo-os no que eles têm de inocente e belo. O pior, ainda, é a presunção de que o indivíduo será melhor com uma arma à cintura ou debaixo do travesseiro; na verdade, quem tem uma arma só alimenta o seu lado sombrio. Por dar armas a seus cidadãos, a maior potência do mundo assiste a massacres coletivos de escolares. Com essas armas consentidas, um celerado adentra um parque e mata namorados, anciãos, trucida mães que amamentam seus bebês, liquida adolescentes e por fim dá um tiro na própria cabeça. Com essas armas, os cidadãos da maior potência do mundo transformam-se em ferozes artefatos de extermínio.

A lógica fala por si, é tão clara como um dia solar: quanto mais armas, maior violência. Por mais que repassemos todas as culturas do mundo desde que elas existem, nunca se ouviu dizer que mais armas resultassem em maior paz, concórdia e felicidade entre os homens. E para a felicidade, a concórdia e a paz é que somos feitos.

Zero Hora, Porto Alegre, 25/09/2005.

O veneno da vida real

Paulo Sant'ana
Jornalista

Entrei num táxi anteontem e o taxista me lançou um patético apelo: "Faça alguma coisa, seu Sant'Ana, querem desarmar o povo".

"Calma, meu amigo", respondi, "o povo vai ficar desarmado, mas todas as pessoas que inspiraram, estão executando e fiscalizarão o Estatuto do Desarmamento reservaram inteligentemente para si o direito de andarem armadas. Elas serão o bastante para proteger o povo dos assaltantes e dos bandidos."

Acho que o taxista não entendeu nada do que eu disse.

Dia seguinte, ontem, embarquei em outro táxi, e o taxista, de plano, me relatou a sua aflição: "Querem desarmar o povo, seu Sant'Ana, o senhor viu que, madrugada de domingo, uma patrulha da BM desconfiou de um táxi em que estavam três homens, revistou o táxi e encontrou escondido pelos assaltantes no porta-malas o taxista. Interessante, seu Sant'Ana, que isto aconteceu na madrugada de domingo, na Avenida A.J. Renner. Quase na mesma hora, outros três assaltantes foram presos por uma guarnição da BM, depois de terem assaltado outro taxista na Vila Santa Cecília. Está demasiado o risco que nós, taxistas, corremos aqui nas ruas. E querem desarmar o povo, seu Sant'Ana".

A corrida era mais longa e eu pude ser mais extenso com o taxista: "Calma, meu amigo, o senhor está muito estressado com sua profissão. O senhor não quer fazer um estágio na Academia Rio-Grandense de Letras ou em qualquer outra entidade que reúna intelectuais? Se o senhor for conviver com escritores, pensadores ou até mesmo jornalistas, se o senhor fizer um estágio numa redação de jornal ou em qualquer local em que se reúnam pensadores, em 10 dias o senhor estará pregando a favor do desarmamento. O senhor é contra o desarmamento porque está muito envenenado pelo cotidiano da sua profissão. Desligue-se da vida real, vá freqüentar os círculos literários, conheça por exemplo o escritor Luiz Antonio Assis Brasil, que no domingo passado assinou um belo artigo em Zero Hora a favor do desarmamento. Um poema o artigo, ensinando os leitores que 'de uma arma pode-se esperar apenas a morte'. E o senhor me dizendo aí no volante de seu carro, nesta dura e perigosa azáfama da cidade, que não quer que desarmem os cidadãos para que eles possam defender as suas vidas. Meu querido taxista, desligue-se desta vida real, vá aprender com os intelectuais, com os pensadores e com os escritores que arma só produz morte, que não existe arma que não seja assassina. Foi esta dura lida na direção de um táxi que deformou o seu pensamento, o senhor acabou me dizendo há pouco um absurdo, que as fábricas de armas são licenciadas para produzi-las para que os cidadãos se defendam, que as armas são distribuídas para a polícia para que ela defenda os cidadãos. O senhor está delirando, desligue-se deste ofício alienante de taxista por alguns dias e vá freqüentar os salões da intelectualidade, os saraus dos escritores, que eles vão acabar por convencê-lo de que arma só mata e que é preciso desarmar o povo para que diminuam as mortes, pelo menos por armas de fogo. As mortes podem continuar ou até aumentar por facadas, pauladas, pedradas, asfixia, envenenamento, mas por armas de fogo nunca mais haverá mortes. A não ser as provocadas pelos bandidos contra os cidadãos desarmados, que aumentarão. Desligue-se desta maldita realidade das ruas e verá que em seguida os intelectuais vão convencê-lo a fazer discursos ardorosos a favor do desarmamento. O mal é que, aí preso neste volante 16 horas por dia, percorrendo todas as vilas da pobreza e mediania, tratando com todas as classes sociais, o senhor viu embotado o seu pensamento e acabou por ser contra o desarmamento. Pense, pare de trabalhar, só pense, como os escritores e os intelectuais. No dia seguinte, o senhor entregará a sua arma e incentivará todos os seus concidadãos a fazer o mesmo. Desligue-se da vida real, mergulhe na ficção, este é o segredo".

(...) Zero Hora (Porto Alegre) 28/09/2005.

.